ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seis mil euros, e corresponde à soma de duas quotas iguais, do valor nominal de três mil euros, cada, uma de cada uma das sócias, Imobiliária Cruzeiro dos Parceiros, S. A. e Katrius — Actividades Turísticas, S. A.

ARTIGO 4.º

A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livre, porém a estranhos carece do prévio consentimento da sociedade, reservando-se o direito de preferência aos sócios não cedentes em primeiro lugar, e à sociedade em segundo.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência e representação da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence aos sócios ou a não sócios que nela forem nomeados, ficando desde já nomeado gerente a não sócia Leonor Cristina Marques Cabral, casada, natural da freguesia e concelho de Leiria, onde reside na Avenida de 22 de Maio, lote 45, 3.º B, Leiria.

2 — Para que a sociedade fique obrigada em todos os seus actos e contratos basta a intervenção de um gerente.

ARTIGO 6.º

1 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao montante máximo de vinte vezes o capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis sendo a data e a fauna de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 7.º

A gerência poderá nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes para o efeito através de procuração.

ARTIGO 8.º

A sociedade, por deliberação da assembleia geral, poderá amortizar qualquer quota, por acordo de sócios; por penhora, arresto ou qualquer outro acto que implique a arrematação ou adjudicação de qualquer quota; por partilha judicial ou extra judicial de quota, na parte que não foi adjudicada ao seu titular; por infracção do sócio em outorgar a escritura de cedência da sua quota depois de os sócios ou a sociedade terem declarado preferir na cessão, de harmonia com o disposto no artigo quarto deste estatuto.

ARTIGO 9.º

A contrapartida da amortização nos casos previstos no artigo anterior, se a lei não dispuser de outro modo, será igual ao valor da quota segundo o último balanço legalmente aprovado. Se à data da amortização ainda não houver balanço aprovado, ou acta, o valor da quota será o nominal realizado.

ARTIGO 10.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade subsistirá entre os capazes ou sobreditos e o representante legal do interdito ou os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si que os represente na sociedade.

1 — Se o representante ou herdeiros não quiserem ingressar na sociedade, ser-lhes-á paga a quota pelo valor nominal acrescida da parte das reservas a que tenham direito, e ainda de uma quantia igual à média dos lucros, caso os houver, aos últimos dois anos.

ARTIGO 11.º

Os lucros líquidos apurados em 31 de Dezembro de 5 cada ano civil, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas.

Está conforme o original.

16 de Novembro de 2005. — A Adjunta, *Ana Manuela Almeida Pinto Campos Correia*. 2009071018

SOCIEDADE AGRÍCOLA DAS HORTAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Leiria.

Rectificação. — No *Diário da República*, 3.ª série, n.º 287, de 9 de Dezembro de 2004, a p. 27 307, saiu com inexactidão a publicação relativa à sociedade Agrícola das Hortas, S. A., sob o registo n.º 2005092614. Assim, rectifica-se que onde se lê «TELECAR — Centro-Comunicações, L.ª» deve ler-se «Sociedade Agrícola das Hortas, S. A.».

17 de Dezembro de 2006. — *INCM, Serviço de Publicações Oficiais*. 3000220095

MARINHA GRANDE

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS DA PRAIA DA VIEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Marinha Grande. Matrícula n.º 523; identificação de pessoa colectiva n.º 501385100; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 05/980608.

Certifico que foi alterado o artigo 7.º e aditado o artigo 12.º que ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 7.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por um gerente, que poderá ser estranho à sociedade, a nomear em assembleia geral.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura do gerente.

ARTIGO 12.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante de quarenta mil contos.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Conferido, está conforme.

28 de Julho de 1998. — A Primeira-Ajudante, *Clarisse Ferreira dos Santos Batista*. 3000220210

LISBOA

AMADORA

FARIA & PEREIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Amadora. Matrícula n.º 3421; identificação de pessoa colectiva n.º 500602026; inscrição n.º 20 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 17; números e data das apresentações: 09 e of. 07/980114.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessação de funções de gerência de Rui Filipe Aratújo Pires, por ter renunciado em 4 de Agosto de 1997.

Alteração parcial do contrato quanto aos artigos 3.º e 5.º, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de quatrocentos mil escudos e está dividido em duas quotas iguais, de duzentos mil escudos cada uma, uma de cada um dos sócios, Armando dos Santos Carvalho, e Carla Maria Barreira dos Santos Carvalho.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade será exercida pela sócia Carla Maria Barreira dos Santos Carvalho que desde já fica nomeada gerente.

2 — Para que a sociedade fique validamente obrigada, em todos os seus actos e contratos, é suficiente a assinatura de um gerente.

O texto actualizado foi depositado na pasta respectiva.

Conferida e conforme.

25 de Setembro de 1998. — A Ajudante Principal, *Maria Fernanda Cristina Jacob*. 3000220227

TORRES & JESUS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial da Amadora. Matrícula n.º 2651; identificação de pessoa colectiva n.º 500583455; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 10 e inscrição n.º 13; números e data das apresentações: 06 e 07/041116.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessação de funções de gerência de Herculano Martins da Fonte.

Data: 12 de Maio de 2004.

Causa: renúncia.

Alteração parcial do contrato quanto aos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º, que ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Torres & Jesus, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Fernão Mendes Pinto, lote 161, rés-do-chão, direito e esquerdo, freguesia da Brandoa, concelho da Amadora.

2 — Por deliberação da gerência, a sede poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — A gerência poderá criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação social onde e quando julgar convenientes.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de cinco mil euros, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrituração social, e corresponde à soma de duas quotas, iguais, do valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada, tituladas uma em nome de cada um dos sócios.

2 — Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante de dez mil euros, mediante, deliberação tomada por unanimidade.

3 — Poderão ser feitos suprimentos à sociedade nas condições a estabelecerem assembleia geral.

ARTIGO 4.º

1 — A cessão total ou parcial de quotas a não sócios depende sempre do consentimento prévio da sociedade.

2 — Nas cessões onerosas a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo, gozam do direito de preferência.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá adquirir livremente participações noutras sociedades, mesmo que estas tenham objecto diverso do seu e integrar agrupamentos complementares de empresas, constituir., associações em participação e consórcios.

ARTIGO 6.º

1 — A administração e representação da sociedade pertencem aos gerentes que forem eleitos em assembleia geral.

2 — A gerência será ou não remunerada conforme for deliberado pelos sócios em assembleia geral.

3 — São gerentes os sócios.

4 — A sociedade obriga-se com assinatura de um gerente.

5 — A sociedade não pode prestar garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades, salvo se nisso tiver justificado interesse próprio ou se se tratar de sociedade em relação de domínio ou de grupo.

ARTIGO 7.º

1 — A convocação da assembleia geral compete a um gerente e deve ser feita por meio de cada registada, com aviso de recepção, dirigida a cada um dos sócios, e expedida com a antecedência mínima de 15 dias, a não ser que a lei exija outras formalidades ou estabeleça prazo mais longo.

2 — A representação voluntária dos sócios nas assembleias gerais, pode ser confiada a quem estes entenderem.

O texto completo e actualizado ficou depositado na pasta respectiva.

19 de Novembro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Manuela Afonso Menezes*.
2008197182

CARNES DA MINHA ALDEIA — COMÉRCIO DE CARNES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Amadora. Matrícula n.º 13 489; identificação de pessoa colectiva n.º 506234118; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 04/040930.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Alteração do contrato com transformação em sociedade por quotas, tendo os artigos 1.º, n.º 1, 3.º e 6.º, n.º 3, sido modificados e ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Carnes da Minha Aldeia — Comércio de Carnes, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Óscar Monteiro Torres, 8, rés-do-chão, freguesia de Venda Nova, concelho da Amadora.

3 — Por simples deliberação da gerência a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto o comércio a retalho de carnes e de produtos à base de carne, charcutaria e outros produtos alimentares.

2 — A sociedade poderá subscrever, adquirir e alienar participações de qualquer espécie, tomar parte noutras sociedades, empresas, agrupamentos complementares, consórcios ou associações, existentes ou a constituir, seja qual for o seu objecto, tipo e lei reguladora, bem como fazer-se representar nos respectivos órgãos sociais e praticar todos os actos necessários para tais fins.

ARTIGO 3.º

O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas no valor nominal de dois mil e quinhentos euros pertencentes cada uma ao sócio Rúbem Alexandre Ferreira Marques e à sócia Beatriz Gregório Marques.

ARTIGO 4.º

Poderão ser exigidas aos sócio, prestações suplementares de capital, até ao décuplo do montante do capital social, podendo os sócios fazer à sociedade suprimentos em condições a estabelecer em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas entre os sócios, é livremente permitida.

2 — Depende sempre do prévio consentimento da sociedade a cessão de quotas a estranhos, sendo, neste caso, conferido o direito de preferência, em primeiro lugar à sociedade e em segundo aos sócios não cedentes.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade, será remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral

2 — A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, com a assinatura de um gerente.

3 — São nomeados gerentes os não sócios Rui António Ferreira Marques e Tola Brigitte Ferreira Marques.

4 — Não poderão os gerentes obrigar a sociedade em abonações, letras de favor ou outros negócios estranhos ao objecto social.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

a) Por acordo com o seu titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada,

c) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

d) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

e) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade.

2 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

ARTIGO 8.º

A convocação das assembleias gerais deverá ser feita aos sócios por intermédio de carta registada com aviso de recepção com antecedência mínima de oito dias, salvo quando a lei impuser outra forma de convocação.

ARTIGO 9.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de retirada a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

O texto completo e actualizado ficou depositado na pasta respectiva.

7 de Outubro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Manuela Afonso Menezes*.
2008197255

CABELEIREIRO AFRO-AMERICANA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Amadora. Matrícula n.º 9415; identificação de pessoa colectiva n.º 503461644; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 21/971103.